



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA Nº 24

--- Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente nos termos do art.º 40.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara Municipal de Moura, com a seguinte composição: -----

--- **Álvaro José Pato Azedo** ----- **Presidente (PS)**
--- **André Albino Linhas Roxas** ----- **Vereador (CDU)**
--- **José Francisco Calado Banha** ----- **Vereador (PS)**
--- **Maria Helena Gomes da Costa Pais** ----- **Vereadora (CDU)**
--- **Teresa Dolores Soares Infante** ----- **Vereadora (PS)**
--- **Luís Pedro Silva Rico** ----- **Vereador (CDU)**
--- **Rui Pedro de Jesus Rodrigues** ----- **Vereador (INDEPENDENTE)**

--- Por despacho do Presidente da Câmara, proferido no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, foram designadas para lavrar a ata, a Técnica Superior, Ana Farinho, coadjuvada pela Assistente Técnica, Laura Pacheco. -----

--- **ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

--- Verificada a existência de quórum, para efeitos do art.º 54º da LAL – Lei das Autarquias Locais, foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, eram dezassete horas, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- Aprovação da Ata número vinte e três, respeitante à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura, realizada no dia quinze de julho de dois mil e vinte e seis. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- PRESIDÊNCIA -----

--- Informação do Senhor Presidente à Câmara Municipal de Moura -----

--- UNIDADE DE SERVIÇO JURÍDICO E CONTENCIOSO -----

--- 012426 - Proposta - Relatório Final do Processo Disciplinar N.º 2/2026 -----

--- DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO -----

--- 022426 - Proposta - Protocolo de Candidatura em copromoção - Plano Capacitação BIOMEG -----

--- 032426 - Proposta para conhecimento: Alteração aos Resumos Diários da Tesouraria -----

--- 042426 - Proposta - Ajuste Direto n.º 55/2026 - Aquisição de serviços para elaboração de refeições escolares para o Agrupamento de Escolas de Moura, Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários de Moura e Agrupamento de Escolas Professor Honrado Pereira, em Amareleja - Anos letivos de 2026/2027 e 2027/2028 --

--- DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO -----

--- 052426 - Proposta de Contrato Programa com o Moura Atlético Clube -----

--- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

--- 062426 - Proposta de Protocolo para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Moura 2022-2030 e respetivas despesas inerentes -----

--- 072426 - Proposta de Apoio ao Arrendamento e Crédito Habitacional Privado respeitante ao processo: 1/ACH/2026 -----

--- 082426 - Proposta de Protocolo de Cooperação com a Rede Nacional para as Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas e respetivas despesas inerentes -----

--- 092426 - Proposta de ratificação de verba de subsídios eventuais relativa aos processos 18/SE/2026, 29/SE/2026 e 32/SE/2026 e 33/SE/2026 -----

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA -----

--- 102426 - Proposta - Empreitada de Conservação e Reforço Estrutural do Troço n.º 2 das Muralhas Modernas de Moura - Nomeação do Diretor de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra -----

--- 112426 - Proposta - Ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 16/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Rua Dr. Garcia Peres, n.º 50, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o n.º 4532 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9418 de 15/07/2026 -----

--- 122426 - Proposta - Ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 21/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Praça 25 de Abril, n.º 4-A em Safara, inscrito na matriz predial urbana com o n.º 1306 da Freguesia de Safara, pelo valor de 115.000,00 € (cento e quinze mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9516 de 17/07/2026 -----

--- 132426 - Proposta - Ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 21/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Travessa da Capinha Rota, n.º 5 e 5-A, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o n.º 2635 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 87.000,00 € (oitenta e sete mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9360 de 14/07/2026 -----

--- 142426 - Proposta - Ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 22/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Rua de S. Pedro, n.º 18 e 18-A, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o n.º 2542 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 46.000,00 € (quarenta e seis mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9333 de 13/07/2026 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- **152426** - Proposta - Parecer nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95 de 2/9, com a redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23/8 - Constituição de regime de compropriedade - Prédio Rústico n.º 198 da secção O em Amareleja -----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O presidente deu início à reunião de câmara com as boas vindas a todos os presentes na sala e a quem acompanha a transmissão em direto. -----

--- Usou da palavra e referiu, que, no que diz respeito à empreitada do Centro de Saúde de Moura, foi um período fértil em comunicados feitos por diversos partidos políticos. Comprometeu-se em fazer um histórico do processo, atendendo a que é um assunto tão importante e relevante para a vida do município referindo que tudo o que se disse, nos últimos dias, podia ter sido transformado numa mini série de comédia ou num livro. Acrescentou que iria dar resposta a algumas questões quanto a essa matéria através do historial a apresentar, referindo que há situações que não podem deixar de ser clarificadas e respondidas, uma vez que a posição do município e do seu executivo foi sempre cristalina e que aquilo que a população do concelho quer, por parte do município, são pessoas que resolvam problemas, criem riqueza e lhes proporcionem as melhores condições possíveis nos serviços públicos. -----

--- Referiu, que, quanto às questões do PSD – Partido Social Democrata responderá mais tarde, dizendo estranhar que pessoas com cargos públicos, eleitos na Assembleia Municipal, tenham um desconhecimento tão grande do processo, pelo que considera que essa situação só possa enquadrar-se no âmbito da má-fé e de uma completa ignorância. -----

--- No que diz respeito à CDU – Coligação Unitária Democrática, disse que nunca estiveram de acordo sobre esta e outras questões, porque o entendimento do executivo é de que a câmara deve ser sempre solução qualquer que seja a área de intervenção: educação, ação social, saúde. Referiu que o executivo deu os primeiros

M. P.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

passos no âmbito da descentralização de competências e irá assumi-las, existindo um fosso enorme que os separa e que assumem. -----

--- Deu nota que há coisas que não se podem dizer e que é acusado pelos vereadores da CDU em “esticar-se” com alguma linguagem, mas, prosseguiu, por parte de quem quer passar atestados de falta de polimento, há expressões que um vereador da câmara ou autarca não pode dizer, referindo-se à frase: “*com papas e bolos só se deixam enganar os tolos*” e esclarecendo que foi o que o vereador André Linhas Roxas disse a propósito do executivo e do processo do Centro de Saúde de Moura, demonstrando uma postura da CDU que contrasta com o espírito que deve imperar nos processos. Referiu que quanto à assunção de responsabilidades não têm medo de ser escrutinados. Lembrou que no próximo ano, faz trinta anos que está ligado à vida pública, à vida partidária política e que se há coisa de que não tem receio é de ser escrutinado, questionado e de prestar esclarecimentos, quer seja na câmara quer na assembleia municipal ou em que foro seja. Sublinhou que nem ele, nem a vereadora Teresa ou o vereador José Banha são pasteleiros, não fazem papas nem bolos e nem os mourenses são tolos porque nunca os trataram como tal, antes pelo contrário. Esclareceu que o que se tem feito, foi com uma postura de muito sacrifício e trabalho para devolver aos mourenses e ao concelho, a importância que têm para eles. Acrescentou que a CDU acha que tudo é o quintal dos outros: educação, ação social e, de igual modo, o Centro de Saúde de Moura e a Esquadra da PSP; que a CDU se sentiu contrariada com a criação do processo em causa e, nesse sentido, tem vindo a contaminar a discussão em torno dele, querendo passar a ideia que o presidente e os vereadores do PS estão completamente descontrolados, o que é falso. Reiterou que é uma falácia e que vai provar e entregar aos vereadores os documentos que vai passar a ler. -----

---- Iniciou com um email enviado pela CDU, no passado dia vinte e oito de julho, às onze horas, em que aquela força política coloca uma série de questões a que não vai deixar de responder e que fará chegar cópia da documentação que trouxe aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

vereadores. -----

-- Frisou que para além das “papas e dos bolos” referidos pelo vereador André Linhas Roxas, e antes de iniciar a cronologia do processo do Centro de Saúde, deixava a questão sobre o que é que a população do concelho de Moura espera do executivo quanto a este tema ou a qualquer repartição pública: se esperam a resolução de problemas com cerca de trinta anos ou troca de galhardetes e comunicados nas redes sociais. -----

-- Lembrou que o Centro de Saúde de Moura foi aberto ao público na década de noventa e que as coisas começaram mal, a obra não foi entregue e os anos trouxeram aquilo que hoje está mais do que consumado. Disse que foi criado um edifício sem as mínimas condições para os profissionais de saúde e para os utentes constatando-se, todos os dias, a gravidade das instalações e a ausência de condições para um serviço da maior importância para a população, daí a necessidade de resolver o problema. Prosseguiu referindo que desde mil novecentos e noventa e cinco não houve qualquer governo, fosse do PS ou do PSD e nem houve câmara da CDU ou do PS ou do PSD, (porque este último também fez parte de executivos camarários) que pegasse no processo, tendo sido necessário que chegasse este atual executivo para levar o assunto a sério. Sublinhou que a câmara, coloca-se à disposição das instituições para resolver problemas de serviços do Estado e que para isso é preciso coragem para o fazer, coragem que a CDU nunca teve. Nesse sentido, disse, tomaram em mãos um processo, no mínimo, sinuoso em todos os aspetos. -----

--- Disse ainda que no âmbito da negociação para a descentralização de competências na área da saúde e quanto ao facto do Centro de Saúde de Moura ir passar para as mãos do Município de Moura, quando deram início ao processo – na perspetiva dessa descentralização – estava no horizonte do executivo resolver o problema e terminar uma negociação com o Estado, com o Ministério da Saúde, com a ULSBA porque ia ser entregue um edifício completamente esventrado, sem o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

mínimo de condições o que iria tornar ainda mais difícil a vida do município e não queriam isso.-----

--- Passou, de seguida, a apresentar a cronologia dos trâmites do processo referindo que: -----

--- Em dois mil e vinte e três, no dia quatro de julho, o Ministro Manuel Pizarro visitou Moura, esteve nas instalações do Centro de Saúde e reuniram no Salão Nobre e com todas as letras o Ministro disse, que aquele era o pior centro de saúde do distrito de Beja, através de visitas que fez durante a sua vigência.-----

--- No dia treze de novembro, de dois mil e vinte e três, num Conselho Intermunicipal da Cimbal, o Secretário de Estado Ricardo Mestre, reuniu com os municípios no sentido de se tratarem dos processos das obras associadas à área da saúde onde também foi discutido o que estava prospetivado para Moura. O projeto apontado para Moura, prosseguiu, dotava o espaço de uma sala de fisioterapia, com a transformação de antigas garagens do centro de saúde para esse efeito e a verba alocada era cerca de cento e tal mil euros, tendo dito, nesse dia, ao Secretário de Estado que “nem pensar”, que nunca iria pegar num processo, dessa natureza, para construir uma sala de fisioterapia com a verba apontada, quando eram necessários milhões para a renovação do Centro de Saúde de Moura, para a sua requalificação e a sua devolução aos profissionais de saúde e à população. Sublinhou que ficou claro que, a partir daí, se arrancaria para o processo que levaria até à obra de requalificação do Centro de Saúde de Moura. -----

--- No dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e quatro assinaram com o Presidente da ULSBA, o qual foi divulgado, um protocolo de cooperação entre a câmara municipal e essa entidade onde é conferida ao Município a responsabilidade de se assumir como dono da obra e a executar. Nesse mês, prosseguiu, foi lançado o procedimento para o projeto de arquitetura e a adjudicação executada. -----

--- Em fevereiro de dois mil e vinte e quatro foi assinado o contrato relativo à arquitetura e o atelier tem um prazo de cento e oitenta dias para o executar. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

- Fez um parêntese para informar, que antes do concurso foi necessário que os técnicos da câmara, os técnicos da ULSBA e do Centro de Saúde construísem um programa funcional e que isso demorou o seu tempo. -----
- Em setembro de dois mil e vinte e quatro foi assinado o contrato de financiamento com a Ministra da Saúde seguindo-se um conjunto de reuniões com o projetista da arquitetura. -----
- No dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro foi executada a abertura do procedimento para as especialidades do projeto do centro de saúde. -----
- Em dezembro de dois mil e vinte e quatro foram adjudicadas as especialidades e assinado o contrato com trinta dias de execução para a tarefa. -----
- Em dois mil e vinte e cinco, houve uma reunião de trabalho com o projetista e a saúde para um ponto de situação do trabalho do projeto. -----
- Em fevereiro de dois mil e vinte e cinco realizou-se nova reunião de trabalho e a entrega do anteprojecto. -----
- Em dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco foi recebido parecer favorável, que foi transmitido às equipas projetistas, condicionados aos pareceres da DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia e da ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil -----
- No dia vinte e seis de fevereiro foi pedido parecer à DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia. -----
- Em março de dois mil e vinte e cinco é pedido parecer à ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. -----
- No dia vinte e um de março chega o parecer favorável da DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia – referindo que os projetos não é só fazê-los, havendo um conjunto de instituições do estado que têm de emitir pareceres sobre os mesmos e lembrando que os tempos dos outros, refletem-se nos seus tempos, no seguimento dos processos. -----
- No dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco é entregue o projeto de

A. P.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

execução e efetuada a informação para a sua aprovação em reunião de camara, realizada no dia trinta de abril. Após a execução dessa informação, referiu, receberam o parecer não favorável da ANPC onde foram levantadas algumas questões às quais foram dando resposta e que, segundo a opinião do projetista, seriam de fácil resolução e sanadas. -----

--- No dia dois de maio de dois mil e vinte e cinco, depois de submetidas alterações ao projeto e, no cumprimento de questões elencadas pela ANEPC, foi emitido novo parecer, sendo favorável. -----

--- No dia catorze de maio de dois mil e vinte e cinco, em reunião de câmara, é determinada a aprovação do procedimento da abertura da empreitada. -----

--- No dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco é feita a abertura do procedimento da empreitada. -----

--- No dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e cinco ocorreu a adjudicação e o contrato foi assinado no dia vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e cinco. -----

--- Ainda no âmbito do processo, esclareceu que não quiseram utilizar a prerrogativa de uma espécie de via verde do Tribunal de Contas e que o processo foi enviado diretamente para esse Tribunal para análise e visto, no dia sete de agosto de dois mil e vinte e cinco. -----

--- No dia vinte e cinco de agosto ocorreu a consignação da obra, tendo o visto do Tribunal de Contas chegado, apenas, no dia dois de dezembro desse ano, com troca de questões colocadas pelo Tribunal de Contas e respostas por parte do Município. -

--- Em janeiro de dois mil e vinte e seis foi aprovado o Plano de Segurança e Saúde, presente à reunião de câmara de catorze de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

--- Em fevereiro de dois mil e vinte e seis iniciaram-se os trabalhos da empreitada. ---

--- Apresentada a cronologia, o presidente disse que há uma questão que os vereadores da CDU colocam e a população também o faz com frequência, questionando como é que tem sido o relacionamento com o Governo, com as instituições e que trocas de correspondência tem havido com o Estado. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

---- Passou a clarificar essas dúvidas e disse que as faria chegar ao conhecimento dos vereadores: -----

--- No dia três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, houve uma reunião muito importante com a Ministra da Saúde, em Lisboa, juntamente com o Município de Castro Verde, Ourique entre outros. Disse terem sido colocadas questões e a preocupação sobre a perda de financiamento, porque as obras iam para lá da data de trinta e um de agosto e não iriam conseguir executar as empreitadas dentro do prazo. Processos como o Centro de Saúde de Moura e o de Castro Verde, disse, torna-os muito particulares porque estão a substituir-se ao Estado e ainda que assim não seja, há uma relação de responsabilidade não só do Município como do próprio Estado quanto ao financiamento da obra e ao cumprimento de metas. Esclareceu que essa questão foi debatida com a Ministra da Saúde e que iria trabalhar com o Secretário de Estado Hélder Reis e com o Ministério das Finanças na procura de uma solução para o financiamento da obra. Acrescentou que enquanto pessoas de boa-fé, confiam na figura do Estado e nunca pensaram que não lhes fossem dar resposta relativamente a uma obra que está a ser feita em nome do Estado Português. -----

--- No dia vinte e dois de julho, decorrente de um conjunto de troca de correspondência com o Gabinete da Ministra da Saúde, é realizada uma reunião por videoconferência com o vice-presidente da ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, na qual reiteraram todas as questões preocupantes e deixaram a mensagem ao vice-presidente, da estranheza, pelo facto que desde o dia três de fevereiro até ao dia vinte e dois de julho, o Gabinete da Ministra ainda não tivesse dado resposta à grande questão sobre qual vai ser a nova fonte de financiamento das obras. Disse que ficaram de arranjar solução e aguardaram essa solução. Referiu que foi dito à Ministra da Saúde e ao vice-presidente da ACSS que não se devolveria nem um cêntimo do adiantamento que foi feito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, no valor de trezentos e setenta e cinco mil euros para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

empreitada. Disse ainda ao vice-presidente da ACSS que enquanto não estivesse no Gabinete da Ministra o compromisso para o financiamento da empreitada não se devolveria nem um cêntimo. Referiu que é o que está escrito na correspondência e o que foi dito, perante testemunhas, nessa reunião. Referiu ainda que ficou determinado que o vice-presidente iria colocar a Ministra da Saúde ao corrente do teor dessa reunião e, igualmente assente, que quinze dias após essa data iriam reunir, novamente, o que ocorrerá na próxima semana. Em relação à correspondência trocada elucidou que a mesma existiu, só fazendo fé no que está escrito e que tenha como provar em reunião de câmara ou sessão da assembleia municipal e, acima de tudo, à população do concelho de Moura. -----

--- No dia oito de junho de dois mil e vinte e seis, enviou um *e-mail* para o Gabinete da Ministra da Saúde, do qual leu algumas passagens: “ *Caro Dr. Jorge certamente recordar-se-á da audiência do passado dia três de fevereiro, na qual estive presente acompanhado pelo presidente da câmara de Castro Verde, cujo tema central foram as empreitadas de requalificação dos Centros de Saúde de Moura e de Castro Verde*” (...) “*de tudo isto demos conta à Senhora Ministra e a empreitada encontra-se em execução. Desde a audiência em causa que nos encontramos a aguardar uma solução para o financiamento da empreitada, sabendo que nos estamos a substituir ao estado e com muito empenho e dedicação, para que a saúde chegue aos meus munícipes com a qualidade que merecem. O email infra, que reencaminho para V.Ex.ªs é um sinal de alerta vermelho para o qual temos que dar a devida atenção, nós e o Ministério da Saúde. Assim, solicito orientações da parte do Ministério da Saúde, no tocante ao processo da empreitada em causa e informações urgentes quanto ao financiamento que a Senhora Ministra da Saúde nos transmitiu e que estaria em articulação com o Ministério das Finanças*” -----

--- No dia sete de julho de dois mil e vinte e seis é enviado novamente um *e-mail* para o Gabinete da Ministra da Saúde, que passou a citar: “*Caro Senhor, em aditamento ao e-mail infra, informo que no passado dia um de julho em reunião de*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

câmara foi aprovado o projeto de arranjos exteriores do Centro de Saúde de Moura, um investimento estimado em cento e oitenta mil, duzentos e cinquenta e oito euros e cinco cêntimos, investimento da maior importância para complementar a empreitada já em curso do Centro de Saúde de Moura. Continuamos sem qualquer tipo de orientações do Ministério, quanto à empreitada em curso, o que nos preocupa, mas gostaríamos de propor no quadro da solução de financiamento a propor pelo Ministério da Saúde que se adicionasse esta nova empreitada, essencial em todo este processo. Aguardo com interesse orientação de V.Ex.^{as} e muita preocupação, uma vez que temos como destino a rescisão do contrato no âmbito do PRR e temos uma empreitada a decorrer em nome do Estado” -----

--- No dia oito de julho foram enviados dois e-mails: um para o Ministério da Saúde e o outro para o Dr. Marciano Lopes, entretanto, nomeado vice-presidente da CCDR-Alentejo, para a área da saúde e passou a ler: “ Caro Senhor, em aditamento ao email enviado no dia de ontem, alerta também para o seguinte: no âmbito da candidatura do PRR, a Câmara Municipal de Moura recebeu um adiantamento de trezentos e setenta e cinco mil euros, tendo executado desse valor, o montante de duzentos e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos, referente a projetos, fiscalização e execução da empreitada. No que concerne à empreitada, propriamente dita, a execução financeira é de cento e dezoito mil, trezentos e quatro euros e dez cêntimos. Este é o ponto de situação. Compreenderá V.Ex.^a, estando o Município de Moura a substituir-se ao Estado nas suas funções, já devíamos ter recebido orientações, pois dia três de fevereiro é um horizonte muito distante para quem se prepara para ver o contrato com o PRR rescindido”. Prosseguiu com a leitura do email enviado ao Dr. Marciano Lopes: “venho por este meio, dar-vos conta das diligências efetuadas com o Gabinete da Senhora Ministra da Saúde, respeitantes ao processo do Centro de Saúde de Moura. Apelo à vossa maior atenção ao teor dos emails, dos quais vos dou conta. Solicito o agendamento de reunião de trabalho com carácter de urgência, para que tenhamos as respostas e

A. Per



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

as soluções que a Câmara Municipal de Moura, substituindo o Estado neste processo, necessita. O silêncio neste caso não é de ouro, queima e cria uma sensação de desconfiança face ao Estado, que devia conversar com os seus municípios sobre estes processos. Não quero tomar outras medidas, mais vincadas, mas apelo à vossa maior atenção e compromisso". -----

--- Esclareceu que não foi agendada reunião, mas que o Dr. Marciano Lopes foi à Comissão Intermunicipal da Cimbal e reuniu com os municípios para se apresentar e discutir com os municípios com processos na área da saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Mostrou-se solidário, manifestou interesse e concertação para resolver o problema, mas, enfatizou, foi o "*bla, bla, bla do costume*" e que, até ficaram a saber que a única pessoa da equipa do Dr. Marciano Lopes era ele próprio. Com ironia, o presidente referiu que se "*pode esperar muito e grandes coisas por parte do Vice-Presidente da CCDR-A*". -----

--- No dia nove de julho, foi enviado novo e-mail para o Gabinete da Ministra da Saúde e foi dado conhecimento do mesmo à CASS, com o seguinte teor: "*venho por este meio, dar conhecimento a V.Ex.^a, do teor do e-mail recebido esta manhã e que veio ao encontro das preocupações que temos vindo a partilhar convosco*", (a rescisão do contrato) (...) "*Posto isto, e até termos a situação devidamente clarificada com o Ministério da Saúde não iremos proceder à devolução do montante em causa, pelo que aguardamos orientações da vossa parte*". -----

--- O presidente reiterou que não devolveriam um cêntimo, enquanto a Ministra não os chamar ou enquanto não receberem um ofício, ou um e-mail, a dizer qual é a fonte de financiamento. Esclareceu que a obra está nos 9% de execução quando deveria estar nos 45% e que a fiscalização é externa. Referiu que não podem dizer que haja laxismo da parte do Município e que "*os autarcas são uns bandidos*", que "*as obras atrasam por culpa dos municípios*". Acrescentou que o atraso na obra nem se deve a ausência de pagamento porque a câmara tem tesouraria para pagar, nem tão-pouco se atrasou por incúria da sua parte. Reiterou que o executivo está



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

habituação a começar as empreitadas, fechá-las e inaugurá-las, observando que não é só o PRR do Município de Moura que está em causa, são muitos PRR's pelo país. A confirmar o referido apresentou dois jornais. com a data atual, o Jornal de "Negócios" e o "Jornal de Notícias" e passou a ler a notícia: "escolas e centros de saúde não ficam prontos até fim do prazo do PRR". Disse que são projetos de norte a sul do país, e até projetos do Estado Português concluindo que "não são os caleiros que são uma cambada de incompetentes que não chegam ao final dos trabalhos." -----

--- Continuou com o extrato da publicação do jornal, que refere: O *Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, garantiu no dia anterior, que nenhum euro ficará por investir ou será devolvido a Bruxelas. Entre os projetos que não ficarão prontos, realço, encontram-se residências para estudantes, na Guarda, Leiria, Castelo Branco, Marinha Grande e Porto. Unidades de cuidados, em Aljustrel, Amarante, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Marco de Canaveses, Ourém, Coimbra, Oeiras, Loures, Barreiro, Viseu, Castelo de Vide e Mogadouro. Escolas em Penacova, Tomar, Oiras, Ponte de Sor, Barreiro, Leiria, Barcelos e Moimenta da Beira, bem como centros de saúde, nos Distritos de Braga, Beja, Coimbra, Porto e Lisboa. O executivo - governo - está a preparar a transferência de projetos para o Portugal 2030 ou para outras fontes de financiamento, evitando que as obras fiquem paradas ou que os beneficiários tenham de devolver as verbas recebidas. Essa transição já começou a concretizar-se em alguns casos: projetos como a barragem do Pisão e a Dessalinizadora do Algarve, passaram do PRR para o Programa Portugal 2030.* -----

--- Revelou que foi dito ao Presidente da ACSS, que nessa lógica de financiamento, seja pelo Portugal 2030, seja pelo Orçamento de Estado, seja por uma Linha BEI – porque o Estado pode recorrer a essa linha para financiar as obras – não vão pagar a contrapartida nacional. Reiterou que o Município de Moura está a substituir-se ao Estado e que este não é um projeto PRR do Município, é uma obra que se está a ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

executada em nome do Estado. -----

--- Seguidamente, passou ao extrato da leitura do "Jornal Negócios": *"sobre os projetos retirados do PRR, como metros, casas, centros de saúde e equipamentos sociais, o Ministro da Economia reiterou que serão encontradas fontes de financiamento alternativas. Todos estes investimentos serão financiados com instrumentos financeiros alternativos, nenhum desses projetos deixará de ser concretizado. O mesmo vai acontecer com os projetos que estão ainda contratualizados no âmbito do PRR e que podem não ficar concluídos dentro do prazo limite, neste caso, o Governo está a procurar soluções diferenciadas, seja através do Portugal 2030, junto do BEI, ou do Orçamento do Estado", acrescentando que "o governo vai apoiar todas as instituições, que tendo aplicado o seu melhor esforço, não conseguiram alcançar o resultado desejado."* -----

--- O presidente deu por concluída a cronologia, referindo que vai ser entregue aos vereadores, bem como a notificação feita ao Município para a devolução das verbas. Quanto à taxa de execução física e financeira, voltou a frisar que já tinha dado nota e que a empreitada está em condições de cumprir o requisito de execução significativa, mas não em trinta de agosto, uma vez que, neste momento, deveria estar nos 45% e não está. -----

--- De seguida passou a palavra ao vereador José Banha, para que este desse nota à câmara e à população da reunião com o empreiteiro e qual a perspetiva do andamento da empreitada e as suas dificuldades. -----

--- O vereador José Banha saudou os presentes na sala e a quem acompanha a emissão em direto. Salientou a paciência do presidente na explanação daquilo que é o lançamento de uma empreitada de uma obra pública dessa dimensão, incluindo os vários passos e entidades que são necessárias contactar e consultar uma vez que o procedimento está na dependência dos pareceres das mesmas. Disse que as questões que podem levantar dúvidas foram bem identificadas e explicadas através da cronologia apresentada. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- Sobre a reunião realizada no dia dezassete de julho do corrente ano com o empreiteiro, a equipa de fiscalização e o gestor do processo, verificou-se que houve um desfasamento entre o que está, neste momento, e o que deveria estar já executado. Disse que essa preocupação, enquanto donos da obra, levou-os a chamar o diretor de produção da empresa executante da obra e questionar porque é que essa situação está a acontecer, referindo já existirem alguns indicadores por conta da equipa de fiscalização que se pronunciou, referindo falhas na entrada dos subempreiteiros em obra de acordo com o plano que estava programado. Nesse sentido, referiu que passados quatro meses do início da obra, o expectável seria ter 45% de execução e não 8% ou 9%. Acrescentou que pretenderam saber o que aconteceu, junto do empreiteiro e que entre várias desculpas, uma delas vai ao encontro à explicação dada pelo presidente: foi referido pelo empreiteiro que em várias obras que estão em execução no país, no âmbito do PRR, os municípios estão a reter os últimos dois ou três autos de medição e não estão a pagar, colocando-os a todos no mesmo plano, ou seja, saber se o PRR termina, ou não, na data prevista no final de agosto. Prosseguiu referindo que o empreiteiro, em todos os municípios envolvidos, disse estar com dificuldades de tesouraria, com várias obras a decorrer no país, não estando a ser pagos os valores devidos, a tempo e horas, estando por essa razão com dificuldade em avançar com as obras. Sublinhou que disse ao empreiteiro – tendo autoridade moral para o fazer – que na obra que esta a decorrer em Moura, não há nenhum auto de medição por pagar, nesse sentido, foi aquele alertado e pedido que reforce as equipas. Referiu que não faz sentido que pelo facto de outros municípios terem essa atitude, os atrasos se reflitam em todos, não se revendo nessa situação e sendo necessário retomar, rapidamente, o andamento dos trabalhos. O vereador referiu ainda ter garantido ao empreiteiro que todos os autos de medição que cheguem de obras executadas, serão imediatamente pagos como o foram até agora. Adiantou que lhe foi ainda pedido que, conjuntamente com a equipa de fiscalização, gisassem um plano de trabalho de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

recuperação da execução da obra e que arranjassem uma solução, embora não sendo viável que em outubro a obra esteja executada, uma vez que o trabalho também depende de vários subempreiteiros de diversas áreas. Prosseguiu, referindo que pediram que até ao dia vinte e quatro de julho, apresentassem esse plano, com datas concretas da execução dos trabalhos de subempreitada e que fossem corretos, designadamente com datas exequíveis. Adiantou que tem mantido contacto com a equipa de fiscalização e que na sexta-feira passada receberam um e-mail – tendo também o diretor de produção telefonado – para informar que estavam a fechar o plano acordado e que precisavam de mais um dia ou dois, o que coincide com o dia em curso, pelo que, aguardam até ao final do dia. -----

--- Concluiu referindo que o resumo da reunião foi de que o empreiteiro coloque todos os recursos para executar a obra o quanto antes, que a obra seja retomada e que os prazos não excedam, muito mais, os previstos para a sua conclusão. Informou que a equipa fiscalização disse ser possível a atuação de vários subempreiteiros, em simultâneo, o que os descansa um pouco, esperando que se recupere o que já devia ter sido executado e que a obra não ultrapasse o final do ano. Referiu ainda que assim que tenham o plano, este vai ser debatido com a equipa de fiscalização externa que acompanha diariamente a obra, vão analisá-lo e tomar uma posição, na qualidade de Dono da Obra, para verificar se o mesmo é exequível. Disse ainda que aquilo que foi dito diretamente ao Diretor de Produção da empresa é que não se precisa apenas de um plano para se ter mais um desenho, mas para o cumprimento da obra dentro dos prazos. Referiu que, posteriormente, informarão os vereadores deste assunto. -----

---- O presidente retomou a palavra e em relação à posição do PSD – Partido Social Democrata, disse que em política faz-se política e os políticos fazem política, que podem coincidir num dado princípio, mas para mostrarem que estão em campos opostos dizem tudo o que lhes vem à cabeça, que é coisa que eles, na câmara, não fazem. Acrescentou que quando há responsabilidades da parte deles, assumem-nas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

mas quando essas responsabilidades são de outros, têm o direito e o dever de as assacar aos respetivos decisores políticos. -----

--- Referindo-se ao deputado do PSD – e ao longo dos anos já conheceu deputados do PSD, da CDU, do PS e do Chega, realçando a cordialidade deste último e a preocupação demonstrada com processos do Município de Moura, assim como decisores e responsáveis de outros partidos – afirmou que a sua postura não é a que um deputado deveria ter. Referiu que este, antes de disparar contra os Municípios que estão a substituir o Estado, devia ter feito uma coisa que qualquer homem com coluna vertebral deve fazer: ter tido a coragem de ouvir primeiro e tentar perceber qual a sua versão. Referiu que se aquele tivesse falado com a Ministra da Saúde, com a CASS ou com outros decisores, de certeza que não tinha dito os disparates que disse ao longo de semanas. Sublinhou que aquilo que foi relatado em relação ao assunto, é a mais pura da verdade, não havendo desvios. Disse que o referido deputado, até hoje, nunca manifestou interesse em reunir com eles, não havendo um único assunto pertinente em que um deputado do PSD se lhes tivesse dirigido para falarem, exceto numa única situação que julga ter estado relacionada com as transmissões das reuniões, em que tiveram uma reunião de trabalho. Disse que se espera muito mais de um deputado da nação e, mais ainda, de uma figura em Moura com uma dupla função, referindo-se a João Guerreiro que além de ser o enfermeiro Coordenador do Serviço de Urgência Básico é também dirigente do PSD e eleito na assembleia municipal. Referindo-se a este, disse que o mesmo veio a terreiro com *“aquele ar muito santo”* como se não soubesse o que se passa dentro do Centro de Saúde de Moura e do Serviço de Urgência Básico. No entanto, frisou, aquele sabe o que se passa e que no dia que o Presidente da USLBA os visitou, assim que viu a comitiva, juntou-se a eles para ver as obras do Centro de Saúde. Reiterou que João Guerreiro sabe o que se passa e o porquê do atraso dos trabalhos. -----

--- Prosseguiu referindo que nas reuniões da assembleia municipal só não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

respondem àquilo que não podem dar resposta e fazem chegar a informação, pelo que, aquele sabe de todos os problemas do SUB, inclusive porque é o Coordenador do Serviço. Reiterou que aquele tem conhecimento do que a câmara e a junta de freguesia têm feito por aquele serviço, dando como exemplo o episódio do apagão nacional e o que a câmara fez para que o SUB pudesse funcionar. No meio desta história, prosseguiu, não é o enfermeiro João Guerreiro que é importante, mas sim as pessoas que se dirigem ao Serviço de Urgência Básico, sendo por elas que, muitas vezes, a câmara deixa tarefas por fazer, para ir em socorro do Centro de Saúde, no qual, fizeram muitas benfeitorias. Ainda sobre esta matéria, disse que aquilo que se exigia a um homem que também foi membro do Conselho de Administração da USLBA, era sentido de responsabilidade, e não um incendiário como o seu deputado. Referiu que da mesma forma que ser autarca, ser vereador, ser presidente de junta de freguesia exige sentido de responsabilidade, ser deputado da nação também o exige e é isso que esperam das pessoas. Disse continuar de portas abertas para conversar com o deputado e para lhe dizer tudo isto na primeira pessoa. Reforçou que não vale a pena as pessoas fingirem que não sabem e que desconhecem os processos. Frisou ainda que não são incompetentes e que pegaram num processo que desde mil novecentos e noventa e cinco ninguém teve coragem. Desafiou que sejam questionados os munícipes que se deslocam ao Centro de Saúde e que precisam muito daquele serviço, assim como os profissionais de saúde sobre o que se passava dentro do edifício e terão a resposta ao esforço que fizeram para a execução da obra em curso. Asseverou que a empreitada vai ser concretizada e o governo vai cumprir a sua parte, disso não tendo a menor dúvida, bem como a devolução às pessoas do edifício original do Centro de Saúde. Disse que o Município de Moura, em tempo recorde, pegou no edifício da Lógica e transformou-o naquilo que é o "Centro de Saúde temporário" para dar resposta aos profissionais de saúde e à comunidade, para que estes tivessem todas as condições neste período intermédio e, de facto, têm-nas. Esclareceu que essa foi a decisão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

porque alugar contentores não era a solução ideal: além de caro, fazer a obra por alas, com ruído e pó, seria muito pior e, assim, pôde ser oferecido o melhor às pessoas. Prosseguiu referindo que há quem diga que se devia abandonar o processo do Centro de Saúde, porque com mais uns ajustes ficariam no Edifício da Lógica e não ficavam mal. Não obstante, reafirmou, a empreitada vai ser executada e inaugurado o Centro de Saúde de Moura, dando outra função ao edifício da Lógica, porque é isso que as pessoas esperam deles: o cumprimento da execução da empreitada. -----

--- O vereador Rui Pedro Rodrigues pediu a palavra e, no seu uso, cumprimentou todos os presentes na sala. -----

--- Disse que nos quatro anos que esteve na assembleia municipal, uma das bandeiras que sempre defendeu foi a saúde – ou a falta dela – no concelho de Moura e em todo o Baixo Alentejo. Em relação ao Serviço de Unidade Básico disse que, na sua opinião, não acha que seja estritamente prioritário dotar o espaço de mais-valias pois o que falta é mão-de-obra qualificada. Referiu que esse problema não ocorre só em Moura, mas é transversal no país: mão-de-obra especializada e que saiba o que está a fazer. Disse que em primeiro lugar, há dificuldades em perceberem o problema dos utentes quase sendo necessária tradução; em segundo lugar, há que verificar se conseguem trabalhar naquelas condições, dando a ideia que sim, porque estão sempre muito satisfeitos, no exterior, a fumar e a beber café, enquanto as pessoas estão à espera com dores -----

--- Quanto ao membro da assembleia municipal, referindo-se a João Guerreiro, disse que acha muito engraçado, recordando um programa de televisão com a atriz Ivone Silva em que esta fazia, simultaneamente, o papel de mulher-patroa e mulher-empregada, apresentando essa dualidade que é o mesmo que acontece com o Coordenador do Centro de Saúde de Moura. Disse que quando se fala com ele enquanto Coordenador, a culpa nunca é dele, é sempre de outra pessoa. Referiu conhecê-lo perfeitamente e que sabe o que está a dizer porque, infelizmente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

necessitou muito dos serviços e nunca vai esquecer o SUB. Por outro lado, acrescentou, quando algo de bom acontece, na assembleia municipal foi ele que fez, foi ele que tomou a iniciativa ou foi ele que falou. Referiu que o problema desse eleito é que ele adorava ser vereador e ainda não conseguiu, acrescentando que no anterior mandato, devido ao Partido Chega, nem conseguiu ser eleito para a assembleia municipal e que, neste mandato, também não conseguiu ser eleito vereador o que para ele é frustrante. Ademais, prosseguiu, com a sua própria passagem a vereador independente, o senhor está quase tão doente que necessita dos seus próprios cuidados. -----

--- Disse ainda, referindo-se ao comunicado da CDU, que foi um alarmismo escusado e que as pessoas ficaram alarmadas, pensando logo que nunca mais haveria Centro de Saúde. Disse que embora estivesse de férias, tentou acompanhar a situação, viu vídeos de deputados, exemplificando com o vídeo do Deputado do Chega, por Beja, que mostrou solidariedade e preocupação e não fez mais nada. Adiantou que já houve muitos deputados a fazer comunicados, mas o que seria importante era deslocarem-se aos concelhos onde foram eleitos e falar com a população, não só durante a campanha eleitoral, mas durante a vigência do mandato. Disse que é preciso falar com as pessoas e com o executivo, ou nas reuniões de câmara e nas sessões da assembleia municipal – pois é por isso que são abertas ao público – ou ainda a participação em reuniões de trabalho. Disse ter-se verificado um alarmismo, quase histérico, em que toda a gente veio atrás. Referiu que a CDU lançou o anzol e veio tudo atrás, *“até o senhor que não conhece muito bem Moura, a não ser a Praça de Touros”*, veio dizer que está muito preocupado, no entanto, concluiu, a sua preocupação não resolve nada. -----

--- O vereador André Linhas Roxas pediu o uso da palavra e começou por cumprimentar todos os presentes na sala e o público em casa. -----

---- Desejou as melhoras ao presidente e deu-lhe os parabéns, porque apesar do estado gripal, conseguiu fazer um discurso de quarenta e cinco minutos, lembrando-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

o que se estivesse na oposição, na assembleia municipal, não era capaz de explicar tudo aquilo em três minutos. -----

--- Referiu que o presidente o tentou intimidar com as publicações na rede social *Facebook* mas que acabou por o citar mal, porque o que disse foi “*só se deixam enganar os tolos com as papas e os bolos*”, afirmando que os mourenses não se deixam enganar e que nesse ponto concordam. Quanto à intervenção do vereador independente ou “dependente”, Rui Rodrigues, referiu que nem lhe vai responder, porque não vale a pena. -----

--- Mencionou que o presidente disse haver um fosso entre o PS e a CDU, mas ele considera que o presidente está enganado: não há um fosso, há uma divergência de opinião que o presidente até explanou várias vezes relativamente àquilo que são as competências da câmara municipal. Relativamente a estas, prosseguiu, a câmara deve apostar nelas e resolvê-las e, só depois, colaborar com o Estado naquilo que é necessário fazer, tendo a CDU, prestado essa colaboração também no passado. Reafirmou não existir qualquer fosso uma vez que foi sempre dito pelos vereadores da CDU que há necessidade de intervenção em alguns equipamentos do Estado e fazer alguma coisa, contudo, as dúvidas que colocam e o que pretendem ver sempre assegurado é a garantia de que os recursos municipais não são alocados a essas situações. Sem essa garantia, esclareceu, isso implica retirar verbas daquilo que são as competências municipais, sendo essa a preocupação com essa matéria e a razão pela qual foram lançados os comunicados. Lembrou que antes desses comunicados essas questões já tinham colocadas em anteriores reuniões e, por muito que incomode a crítica aos eleitos do PS, têm que lhes dar esse valor, porque falaram sempre abertamente disso e demonstraram grande preocupação com a questão do financiamento para perceberem, precisamente, todos esses passos que se têm que dar nesse tipo de empreitadas. Referiu que as empreitadas, quando atingem a dimensão de milhares de euros, há uma série de pareceres de entidades externas e uma série de questões que, efetivamente, saem do controlo do Dono da Obra.

22.50

A.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Referiu que os eleitos da CDU reconhecem isso, a existência de pareceres negativos, questões relacionadas com os projetos que precisam ser revistas, tendo esses edifícios temáticos conteúdos funcionais e programas muito específicos, não sendo o mesmo que projetar uma casa. Nesse sentido, prosseguiu, e porque os eleitos da CDU anteciparam que esta situação poderia dar problemas, foram alertando para essas preocupações e o que sentiram – apesar do presidente ter falado, inicialmente, nos prazos e pareceres dos projetos, parecendo que estava tudo bem – era que, de facto, não estava tudo bem e podiam correr aquele risco de perda de financiamento. -----

--- Disse não saber precisar quando – se foi numa assembleia municipal ou numa reunião de câmara – o presidente ter dito com grande propriedade *“não se preocupem que a obra vai acontecer independentemente de não haver financiamento”*. Lembrou que sempre alertaram para esse risco e daí ter existido, sempre, vontade de saber sobre o desenvolvimento do processo. Nesse sentido, referiu, também custou aos eleitos da CDU, andarem a saber coisas fora daquele órgão – referindo-se à notificação à câmara municipal para devolução de verbas – e esperando que lhes passem a enviar tudo o que recebem, incluindo o novo programa de retoma ou aceleração de trabalhos, como explicado pelo vereador José Banha. Referiu esperar que essa técnica funcione uma vez que é possível colocar vários subempreiteiros nas empreitadas e acelerar o prazo, contudo, é necessário que os informem disso e, por essa razão, falaram também dos ziguezagues deste processo. Referiu que o presidente levou a mal a conversa dos “bolos”, mas, afirmou, não é isso que importa no processo. Disse que o importante era a questão do processo andar em ziguezague sem que o presidente tivesse dito, claramente, na reunião do órgão que a obra podia correr riscos de financiamento, devendo existir o empenho de todos para que isso não venha a acontecer. Nesse sentido, afirmou, não podem ser só sete eleitos para não irem às inaugurações porque o presidente não os quer lá – referindo-se ao que o presidente havia sido dito, na reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

anterior. -----

--- O vereador André Linhas Roxas adiantou que já estão nas reuniões há cerca de nove anos, de quinze em quinze dias – para além do conhecimento pessoal que tem do presidente da câmara – no entanto, referiu, aquilo que transparece é que cada vez que os eleitos da CDU dizem alguma coisa, o presidente entende-o como um ataque pessoal o que, de facto, não é. Prova disso, prosseguiu, foi o facto de terem alterado aquilo que a CDU disse em comunicado, transformando-o numa coisa má, dizendo: *“lá está o primeiro vereador da CDU a dizer que com papas e bolos só se enganam os tolos, o gajo está a chamar coisas aos mourenses”*. Nesse sentido, pediu ao presidente que tivesse a coragem de ler a expressão, considerando que isso é o que menos lhe interessa. O que interessa ao presidente, afirmou, é desviar as atenções do essencial e o essencial é que decidiram assumir as questões do Centro de Saúde, concordando que, de facto, este tem problemas desde mil novecentos e noventa e cinco, ano da sua construção, sendo importante resolvê-los porque o Estado se demitiu de os resolver. Disse que a câmara serve, agora, de *“barriga de aluguer”* da empreitada para fazer aquela obra e existem preocupações porque sente através das palavras do presidente que este está *“enrascado”* e preocupado, não podendo agora dizer que a CDU não o avisou e que, com muita sinceridade, gostaria que o presidente não estivesse nessa situação. -----

--- Referiu que os vereadores da CDU colocaram três questões, muito específicas, por escrito e que o presidente respondeu a algumas, dando-lhe esse valor, relacionadas com a cronologia dos acontecimentos. Esclareceu que essas questões não os pretendiam acusar, mas antes perceber o que passou, designadamente sobre o estado da obra e a notificação de devolução das verbas da qual, tiveram conhecimento pela comunicação social, o que lhes pareceu uma coisa inacreditável, tendo os eleitos da CDU gostado de ter tido conhecimento dela em reunião de câmara. -----

--- O vereador André Linhas Roxas terminou a sua intervenção referindo que o

AJ.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

presidente pode contar com os vereadores da CDU para aquilo que for necessário para poder resolver aquela questão, dentro daquilo que é a sua capacidade política incluindo propostas na Assembleia da República, para poderem ajudar, tal como já o fizeram noutras circunstâncias. Nesse sentido, agradeceu que à medida que as informações forem chegando – sendo um assunto tão relevante – que sejam partilhadas e que possam chegar à vereação para que também possam ter capacidade de interpretar as coisas como elas são. -----

--- O presidente da câmara, no uso da palavra, retorquiu aquilo que o vereador disse referindo que não se sente “*enrascado*” nem nunca esteve, dando exemplos de obras feitas em nome do Estado em que também tiveram que arranjar financiamento para as obras: empreitada da Igreja de São João Batista, Igreja de Santo Aleixo da Restauração e, agora, o segundo troço das Muralhas Modernas, obra também feita em nome do Estado. -----

--- Reafirmou que nunca se sentiu “*enrascado*” porque cumpriram e pagaram tudo até ao último cêntimo e o Estado ficou satisfeito com o trabalho. Referiu que ficaria mesmo muito enrascado se alguém lhe perguntasse, naquele dia, porque é que fizeram uma sala de fisioterapia nas garagens do Centro de saúde com cento e poucos mil euros e não assumiram obrigar o Estado a cumprir a sua missão que é dotar, o concelho de Moura, com um Centro de Saúde e que honre as premissas do Serviço Nacional de Saúde. Adiantou que o trabalho dos autarcas não esconde dificuldades e têm momentos em que estão mesmo enrascados, lembrando que no primeiro mandato, quando chegou à câmara com o vereador José Banha e a vereadora Lurdes Balola, tinham doze mil euros numa conta bancária e as pessoas a bater à porta porque a câmara não lhes pagava; que havia processos em tribunal por causa de uma empreitada da CDU, designadamente a do Museu, com trinta e nove alterações ao projeto; não foram cumpridos processos em tribunal; enrascado por não saber em quanto ficaria a obra e quanto têm que pagar de indemnização à massa falida da ZUCOTEC; enrascados também na questão da empresa Lógica. ----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-- Referiu que nunca ficaram enrascados com os seus processos e, sim, com a herança que lhes deixaram: dívidas, pouco dinheiro em tesouraria e processos em tribunal. Referiu ainda que a Herdade da Contenda também era um problema que se resolveu e que hoje já não sobrevive através do dinheiro que a câmara lá metia; que a Comoiprel servia para pedir empréstimos para o Festival do Peixe do Rio sendo, hoje, a Comoiprel, uma entidade respeitada e os seus trabalhadores valorizados pela Câmara Municipal de Moura e considerada, pela comunidade, como uma entidade de extraordinária importância. Referiu que ficar enrascado é não pagar às juntas de freguesia como a CDU fazia, concordando com o vereador quando este diz que os eleitos naquele órgão podem coincidir em matérias de defesa do interesse do município. No entanto, prosseguiu, os vereadores da CDU não queriam a obra do Centro de Saúde e da Esquadra da PSP, nem que a câmara assumisse responsabilidades na educação e na ação social; todavia, prosseguiu, a câmara irá também assumir as obras de intervenção do Tribunal de Moura, através da assinatura do respetivo contrato, porque estão mais próximos das pessoas, sendo esse, prosseguiu, muitas vezes, o papel dos municípios: substituírem-se ao Estado. Sublinhou que no âmbito do processo de descentralização de competências é importante que tenham um Centro de Saúde devidamente requalificado, porque assumindo-se aquela estrutura como se encontrava antes do início das obras, seria um caos. -----

--- Referiu que aquela casa tem problemas desde mil novecentos e noventa e cinco, sendo uma vergonha ninguém os ter assumido, pelo que, a câmara assumiu esse papel, sentindo-se os eleitos do PS muito honrados por irem cumprir esse papel. -----

--- Prosseguiu sobre a questão de ter dito – e disse-o ali, à imprensa, na assembleia municipal e em todo o lado – que acontecesse o que acontecesse aquela empreitada não pararia por ausência de pagamento da câmara, pelo que se tivessem que assumir com o orçamento da câmara o que faltasse na mesma, a obra não iria parar. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

---- Disse já ter acontecido outros presidentes de câmara terem dito a mesma coisa, referindo-se a um presidente da câmara da CDU e citando o que disse no dia vinte sete de agosto de dois mil e catorze – sendo José Banha vereador da oposição – : *“pediu a palavra o Vereador José Banha expressando que inicialmente julgava que o referido pavilhão”* – referindo-se ao pavilhão das Cancelinhas – *“teria uma maior capacidade em termos de espaço do que agora observado, alegando pensar que este teria espaço para acolher um maior número de pessoas tendo em conta que o projeto foi alvo de candidatura. Questionou se, eventualmente, a verba que se prevê receber não se concretizasse, com que montante é que a câmara pretenderia terminar a obra em causa”* (...) *“Em resposta, o presidente esclareceu que o investimento em causa prova que a candidatura para financiamento foi apresentada e permitiria um apoio importante em caso de aprovação, contudo esta seria feita com base naquilo que se encontrava previsto no orçamento municipal e a obra seria concluída em dois mil e quinze com dinheiros comunitários ou sem eles”*. -----

--- Sobre essa situação, em concreto, o presidente referiu que ninguém fez um escândalo pelo facto de o presidente da câmara de dois mil e catorze ter assumido que se não houvesse dinheiro comunitário a câmara assumiria o resto do processo.

--- Disse ainda que os vereadores da CDU se queixam da forma como, às vezes, se dirige a eles, mas que há pessoas com uma técnica muito mais apurada, passando a ler o resto da ata: *“O Presidente propôs cinco minutos de interrupção da reunião, retomando-a após esta, com a leitura de um artigo de opinião sobre o Pavilhão das Cancelinhas que publicaria no próximo jornal “A Planície” e dizendo que o vereador José Banha só tinha, sobre esta matéria, dito disparates”*, afirmando que nunca se virou para um vereador daquela casa – fosse ele da CDU, Chega ou Independente nesses termos – referindo existir uma diferença entre uns e outros e voltando a ler o que o vereador André Linhas Roxas escreveu: *“Com papas e bolos só se deixam enganar os tolos”*. Referiu que se o vereador, hoje, estivesse incólume, teria apagado a publicação de certeza absoluta, não admitindo que o vereador diga que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

lhe faltam com a informação porque na informação dos membros do executivo, em todas as reuniões onde está presente, elenca as várias iniciativas onde estão presentes e que os vereadores só perguntam se entenderem deixando passar, muitas vezes, a informação que lhes é reportada, não fazendo nenhuma questão. Disse que, muitas vezes, é ele a estimular a abordagem a essa informação no sentido de esclarecer os vereadores referindo que se não questionam mais é porque entendem que não devem questionar, não podendo, agora, acusá-lo, de não lhes passar a informação toda. Disse que aquilo que o deputado do PSD não fez e que o vereador também deveria ter feito, seria o pedido de uma reunião para se juntarem e conversarem ou na própria reunião de câmara, onde podem falar sobre tudo e não se silencia ninguém. Referiu que num outro dia trará outras atas onde está registado que o presidente da câmara silenciava os vereadores da oposição, situação que não acontece com aquele executivo. -----

--- Esclareceu ainda que para eles o mais importante – e que se perguntarem às pessoas o que é que elas querem, dirão isso – é ter o Centro de Saúde a funcionar, não querendo saber dos comunicados dos políticos e estando-se a “borrifar” para as guerras de alecrim e manjerona. Aquilo que as pessoas querem, reforçou, é um Centro de Saúde que lhes garanta conforto, segurança e decência, sendo inadmissível que não façam tudo o que estiver ao seu alcance para que o concelho de Moura possa ter essa qualidade que exigem em tantas coisas, referindo que o Serviço Nacional de Saúde, no concelho de Moura, precisa de tudo isso. -----

--- Relativamente ao funcionamento da SUB disse que os médicos deste serviço, vão precisar de ter supervisão a partir do próximo ano, uma vez que quem assegura esse serviço é uma empresa que, muitas vezes, já se depara com a dificuldade em compor os turnos. Referiu que arranjar supervisão para esses médicos vai trazer outro tipo de problemas e que, no momento seguinte à reunião com o presidente da USBLA, vão ter que chatear muita gente para que o serviço de urgência básico se mantenha a funcionar com a normalidade possível. Sublinhou que essa é também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

uma situação que não o deixa enrascado, mas sim angustiado, tendo em conta que o Serviço de Urgência Básico que existe em Moura, não serve só os munícipes do concelho de Moura, mas também de Serpa, Pias, Mourão, Vidigueira e Barrancos que se deslocam ao mesmo para ser atendidos. Concluiu referindo querer deixar essa informação, porque vão ter que lutar muito para que as coisas corram bem. -----

--- O vereador André Linhas Roxas, no uso da palavra, referiu que realmente há falhas e falhanços centrais na nossa região que são inadmissíveis, que nos têm levado a um estado de quase subdesenvolvimento e que têm que lutar contra eles. Contudo, prosseguiu, têm que ter consciência da dificuldade dos processos e não andar a utilizar os processos uns contra os outros, com a história de andar sempre à volta com outras empreitadas e com o passado, sendo a temática do processo das Cancelinhas, um assunto que não acrescenta nada. Referiu deduzir que o presidente se estava a referir ao presidente de câmara em funções, em dois mil e catorze, Santiago Macias, estando, nessa altura, o vereador José Banha na oposição. Referiu que por essa altura, o vereador terá sentido o mesmo que os vereadores da CDU sentem, neste momento, sendo natural e a democracia a funcionar. Prosseguiu referindo que o presidente tinha considerado uma grande ofensa ter o então presidente Santiago Macias, na altura, dito que *"um vereador da oposição só dizia disparates"*, quando ele próprio acabou por dizer que um deputado da nação só dizia disparates, esperando que daqui por uns tempos não vá alguém citar essa conversa, porque é um tipo de conversa que nada interessa para a questão. Referiu que o que interessa, realmente, é ter consciência – que era o que o presidente não tinha – que estas empreitadas são processos duríssimos e que têm esses passos todos que foram elencados, têm uma série de condicionantes e de questões que são terríveis e que os vereadores da CDU entendem isso tudo, mas que é necessário olhar em frente e deixar a história no passado. -----

--- Quanto à sua questão, reforçou, o presidente leu bem: *"só se deixam enganar"*. Todavia, disse, no comunicado emitido pelo PS não escreveram isso. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- Relativamente ao Centro de Saúde e às heranças da CDU, o vereador André Linhas Roxas lembrou o presidente que só conseguiu fazer a transferência dos serviços para esse espaço, porque foi a CDU que fez essa obra assim como o Pavilhão das Cancelinhas, em dois mil e catorze, sublinhando que nesses mandatos, também se faziam coisas no concelho de Moura. Referiu que de acordo com a conversa do presidente, parecia que não, e que até dois mil e dezassete essas obras não se fizeram. Referiu que estando o presidente no seu último mandato, daqui por uns tempos, certamente, vai reconhecer incapacidades e méritos que teve porque as coisas são mesmo assim, faz parte da vida política. Não obstante, reforçou, é para a frente que têm que lidar com essas questões e não de cada vez que os vereadores da CDU dizem alguma coisa, o argumento ser: *"não queriam a obra do Centro de Saúde"*. Questionou o presidente sobre quando é que os vereadores da CDU disseram que não queriam a obra do Centro de Saúde. Ademais, reforçou, até é utente desses serviços. Referiu que se em termos pessoais as obras têm um reflexo positivo, em termos políticos também a CDU defende que as condições devem ser melhoradas nestes e noutros aspetos. Aquilo que a CDU não defende, voltou a sublinhar, é que as transferências de competências se transformem em transferências de encargos, tal como sucedeu na educação, na saúde e noutras áreas, dando como exemplo este novo contrato interadministrativo que o presidente mencionou em relação às obras no Tribunal. Neste, como noutros casos, referiu, é o Estado a dizer assim: *"meus amigos, façam lá, desenrasquem aí qualquer coisa para nós reabilitarmos edifícios do estado"*. Se é para reabilitar e ter esse carácter de cooperação, prosseguiu, que é um carácter importante, os compromissos financeiros também têm que ser assumidos, sendo essa a preocupação e a questão principal. -----

--- O vereador André Linhas Roxas reafirmou que os vereadores da CDU estão disponíveis para aquilo que for possível, de forma a arranjar solução para as questões que possam surgir, num relacionamento de cooperação com o Estado, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

matérias que são da competência do Estado, mas não deixarão de afirmar que a câmara tem que ter como prioridade as suas próprias competências pelo que, dentro desse fosso que o presidente diz que existe, mas que para eles não existe, existem sim diferenças, essa é uma das diferenças que têm. -----

--- O presidente da câmara retomou a palavra para referir que não é ele que escreve os comunicados do PS, esclarecendo que o partido tem um presidente da comissão política concelhia e um secretariado, sendo ao secretariado a quem compete fazer esse trabalho. Referiu que no comunicado da CDU uma das coisas que diziam era que até ele estava ao arrepio daquilo que era o comunicado dos quatro municípios, dizendo que não estava e que sempre esteve solidário com os municípios de Castro Verde, Ourique e Serpa em todo aquele processo, uma vez que aquele processo, a partir de determinada altura, levou os quatro municípios a caminho de Lisboa. Afirmou que nunca descurará uma coisa que para ele é a maior premissa de todos os seus mandatos: a de que acima de qualquer outro município, do Partido Socialista ou de qualquer outro partido, estarão os interesses da população do concelho de Moura, pelo que nunca farão da sua atividade política – porque são uma equipa – a voz do Partido Socialista. Referiu que não é a direção do Partido Socialista que determina o caminho que têm que fazer e, não raras vezes, que foi este executivo da câmara que foi ao arrepio de posições do Partido Socialista e que os vereadores da CDU não o fariam. Voltou a dizer que o vereador já vem com um discurso diferente e que depois de ouvir as explicações, se têm procurado conversar com eles, talvez o discurso e os comunicados tivessem sido diferentes. -----

--- Afirmou que os vereadores da CDU vieram a jogo porque os “*meninos do PSD*” vieram chatear e fazer comunicados, querendo mostrar que eles é que resolvem os problemas da saúde. Nesse sentido, referiu, os vereadores da CDU não podiam ficar calados e atacaram o presidente e a câmara municipal. Disse que o vereador André Linhas Roxas não o admite, mas foi isso o que aconteceu. Voltou a dizer que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

postura do vereador, hoje, era diferente de quem fez os comunicados e falou à imprensa, que estava muito mais moderada e polida à volta daquele assunto. -----

--- O vereador Rui Rodrigues no uso da palavra, referiu que o presidente acabou de dizer o que ele ia dizer, mas que iria tentar arranjar sinónimos. Disse considerar que a CDU só foi tão agressiva, nesse comunicado, porque o PSD teve a ousadia de ser o primeiro e que para a CDU, antes de qualquer comunicado, tem que se lhes pedir primeiro vassalagem. Disse que como há pouco se referiram a ele como "dependente" também, no seu ponto vista, a CDU ficou dependente por trinta e tal votos para serem eleitos enquanto executivo daquela casa, assim como há quatro anos, por oitenta ou noventa votos. Referiu que os vereadores da CDU consideram que têm que ser sempre achados em qualquer assunto e de facto, têm, porque foram eleitos vereadores e ali estão. No entanto, considera que teria sido muito mais benéfico terem usado uma reunião extra, com a presença de todos, para a discussão do assunto e, possivelmente, até convidar os membros do PSD que estão representados na assembleia municipal do que, propriamente, estarem ali, novamente, a falar dos anos passados. Referiu ser evidente que todos querem uma saúde melhor, mas que essa saúde melhor, passa pelas melhores condições tanto do Centro de Saúde como do SUB. Mencionou que se há essa vontade manifestada pelo vereador André para recuperar e melhorar o Centro de Saúde, então que venha a reuniões e peça para haver mais reuniões que, certamente, irão todos chegar àquilo que querem: melhores condições de vida para a população. Referiu que se tem falado pouco disso, que têm falado muito de questões técnicas, em empreitadas – sabendo que é importantíssimo porque se tem que obedecer a determinados trâmites – mas que se tem falado muito pouco do que interessa, que é a saúde da população. Concluiu dizendo que se ele conta para alguma coisa, podem contar com ele para qualquer reunião ou atividade que estará presente, julgando que também a CDU o estará. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- O presidente da câmara interveio para referir que contam todos e que uns não contam mais que outros. -----

--- A vereadora Helena Pais pediu o uso da palavra e após cumprimentar os presentes na sala, esclareceu que a sua intervenção iria ser muito curta porque a discussão já ia muito longa e porque se utilizou uma expressão, numa reunião, que depois deu origem a uma publicação do seu camarada André. Referiu que nessa reunião usou essa expressão – *“com papas e bolos só se deixam enganar os tolos”*, mas, agora, apetecia-lhe usar outra, fazendo-lhe esta parecer a história do *“rei vai nu”*. Disse que estão a discutir há horas, mas que aquilo que é essencial não é discutido e que a população, em casa, não fica a saber em que ponto é que está a situação: se a câmara tem que devolver a verba, no meio daquela discussão, acabou por se perder. Disse que o presidente esclareceu, mas quis deixar bem claro que estiveram ali quase hora e meia a discutir aquele assunto e a população perdeu-se, com certeza absoluta, porque até eles que ali estão se perderam. -----

--- Referiu ainda que se sente extremamente orgulhosa por estar ali com aqueles dois vereadores da CDU, do lado, e ali ficou bem evidente – só não vendo quem não quer – a postura do vereador André Linhas Roxas comparativamente à postura do presidente da Câmara Municipal de Moura, referindo que a primeira foi uma postura de elevação, enquanto o presidente reage a uma intervenção do vereador – uma intervenção pela positiva – como habitualmente reage nas redes sociais. Disse que o presidente acusa o PSD e a CDU de fazerem acusações de coisas graves, no entanto, questionou o presidente se são mais graves do que aquilo que ele faz nas suas redes sociais. Quanto a isso, referiu que só não vê quem não quer e que ele não precisa dizer ali o que é que publica e o que é que a CDU publica porque isso é evidente. Referiu ainda que não aceitam, de maneira nenhuma, a afirmação de que a CDU só reagiu porque o PSD reagiu, sendo também mais que evidente, que a CDU tem feito intervenções, tem colocado questões, tem apresentado propostas, tem um caminho feito e um passado de presidência da câmara municipal que fala



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

por si. Sublinhou que não precisam de estar a reagir se alguém reagiu, bem pelo contrário, têm as suas posições muito bem definidas. Disse ainda que em política, como em tudo na vida, crê ser natural que haja divergências de opinião e que se defendam essas opiniões de uma forma convicta. O que não é natural, reforçou, e o que também se espera de um presidente de câmara, é que tenha elevação e que não faça as publicações que faz ou que venha para as reuniões aos gritos a fazer acusações e a dizer coisas que se escusa a repetir, porque as mesmas estão ditas e gravadas, e toda a gente as vai ouvir. Frisou que num presidente de câmara espera-se mais elevação e que congregue diferenças, procurando dentro das divergências de opiniões que existem, chegar a soluções, referindo que o presidente não faz isso, ao invés, reage sempre atacando mesmo quando eles dizem que estão ali pela positiva e que querem contribuir, realmente, para que as soluções sejam encontradas, dentro do melhor possível. Referiu que o presidente disse que não escondeu nada. Contudo, prosseguiu, no dia um de julho foi ali aprovado o projeto de requalificação do espaço exterior do Centro de Saúde e a vereadora fez uma intervenção, após a intervenção de outro vereador da CDU, sendo que o presidente andou aos ziguezagues sobre o assunto, nessa reunião. E foi a isso, continuou, que a CDU reagiu após um comunicado da Câmara Municipal de Moura, conjuntamente com outros municípios, no qual dizem que se corre o risco elevado de perderem o financiamento do PRR. Sublinhou que não é a CDU que anda a contaminar o processo e a criar alarmismo, uma vez que o presidente, tal como o faz sempre em todas as reuniões, no dia um de julho e noutras vezes, mostrou-se completamente descansado. Referiu que essas são palavras do presidente uma vez que disse na reunião de câmara e para a comunicação social que estava perfeitamente descansado com a situação. Aquilo que a CDU pretendeu com o seu comunicado, reforçou, tendo sido ela enquanto vereadora a fazer as declarações para a comunicação social – e repete aquilo que disse – é que o presidente esclareça de uma vez por todas, qual é, realmente, a sua preocupação. A vereadora insistiu que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

presidente disse não esconder nada, no entanto, referiu, já podia ter dito que a câmara tinha sido notificada para devolver as verbas e nunca o disse, sendo necessário que os vereadores perguntem tudo a esse respeito, questionando que respeito é que o presidente tem pela oposição. A vereadora perguntou ainda se o presidente não tem o dever de o dizer a eles e à população, afirmando que a população tem que saber disso, porque se for realmente a câmara a assumir essa despesa, não é o presidente Álvaro Azedo que vai pagar, mas somos todos nós. ----

--- A vereadora reforçou que o presidente deve esclarecimentos à oposição e deve esclarecimentos e informações sempre, atempadamente e esclarecedoras, à população. Nesse sentido, disse, teria evitado os comunicados quer do PSD quer da CDU, se o tivesse dito antes e assumido que já tinha sido notificado para devolver a verba assim como a informação da troca de emails que foram em julho, após a preocupação manifestada, várias vezes, pelos vereadores da CDU. Reafirmou que o presidente envia, em julho, *e-mails* para o Gabinete da Ministra a dizer que não vai devolver a verba, pelo que já o podia ter comunicado e eles já saberiam qual era a sua posição e, tudo isto teria sido escusado, se o presidente tivesse uma postura de elevação e de respeito quer pela oposição quer pela população. -----

--- O presidente da câmara, no uso da palavra, referiu que estava encantado pelas palavras da vereadora, dizendo que quem a ouve pensa que a vereadora é bem-intencionada pelas coisas que diz. Não obstante, referiu, não o é em relação a ele, mas está a "*borrifar-se*" para isso. Reafirmou que no que se refere à informação que chega à câmara, nunca faltaram com ela, mas que os vereadores é que se desinteressaram tendo em conta que muitas vezes têm essa informação, mas não questionam e nem pedem qualquer tipo de esclarecimento sobre os processos, razão pela qual o executivo vai fazendo caminho e trabalhando, respondendo a quem está interessado nos mesmos. Disse ainda que os vereadores estão arrependidíssimos de ter feito aqueles comunicados, apenas porque o PSD o fez, e eles não quiseram perder a oportunidade de criticar o executivo camarário. Frisou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que a vereadora entendeu a explicação dada, mas no dia seguinte, iria entregar toda a documentação e a vereadora ficaria devidamente esclarecida. Disse concordar com a vereadora quando diz que são sempre os munícipes que pagam os erros dos políticos que estão nas câmaras, nos governos e nos serviços do Estado, sendo esses munícipes que estão a pagar os erros da CDU à frente dos destinos da Câmara Municipal de Moura. Prosseguiu, referindo, que quando a vereadora atacar o executivo devia olhar para trás e olhar também para os doze mil euros que deixaram, assim como as dívidas e os problemas naquela casa, tendo sido a CDU a *“maior sombra que pairou pelo céu deste município”*, tendo deixado o município e as empresas municipais, na última. Disse que o dia em que este executivo deixar esta casa – e que outras pessoas entrem para defender os interesses do município – há uma coisa que deseja sempre: que façam melhor e que conquistem mais em nome do Município de Moura, existindo uma coisa que o deixa de sorriso nos lábios que é deixarem aquela casa bem melhor do que aquilo que a encontraram, ao fim destes anos todos. -----

--- A vereadora Helena Pais interveio para agradecer os esclarecimentos do presidente da câmara. -----

--- O presidente da câmara referiu que em relação à informação que o vereador André Linhas Roxas tinha pedido sobre os recibos verdes, entregam na reunião de câmara de doze de agosto. -----

--- O vereador André Linhas Roxas, de novo no uso da palavra, referiu que os vereadores da CDU não querem deixar de ser solidários com os municípios e regiões do nosso país que neste momento enfrentam os incêndios. Referiu existirem questões que derivam de atos de vandalismo, outras da falta de limpeza, outras ainda que têm origem em fenómenos climáticos e que se relacionam com o processo de alterações climáticas. Sobre essa matéria, disse que não podiam deixar de enviar uma mensagem, em nome da CDU e da câmara, aos municípios que estão envolvidos nesses incêndios, em particular ao Município de Mourão e às



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

regiões da Europa que também têm vivido este flagelo, tanto em Espanha como em França. No seguimento dessa matéria, disse que os vereadores da CDU também têm preocupação com aquilo que possa vir a acontecer, no concelho de Moura, e ter a garantia que a câmara está atenta a essas situações para poderem mitigar esses problemas, os quais, vão sendo cada vez mais recorrentes, repetindo-se também, cada vez mais vezes, com ondas de calor brutais. Concluiu, referindo, que não queriam deixar de fazer esse pedido na câmara. -----

--- O presidente da câmara, retomou a palavra, e disse acompanhar a mensagem do vereador André Linhas Roxas. Referiu que tendo vivido em Moura, desde sempre, e não sendo “negacionista” – pois estes dizem que não há alterações climáticas – a verdade é que as mesmas fazem-se sentir em alguns pontos do globo onde estão a ocorrer desastres que não aconteciam até aqui, exemplificando com França e Espanha que passam pelos maiores incêndios de sempre. -----

--- Disse que uma das questões que acontece no nosso território – tendo o vereador falado dessa questão – tem a ver com a limpeza dos terrenos em que a câmara notifica e acompanha, mas não se podendo substituir a todos os proprietários dentro do prazo. Todavia, prosseguiu, as situações mais preocupantes e as que geram mais perigo tentam resolver imputando os custos aos seus responsáveis. Nesse sentido, disse, há uma responsabilização importante por parte dos proprietários, mas também há, muitos territórios, que foram completamente abandonados, deixando de haver trabalhos agrícolas em muitos sítios e florestas que estão completamente abandonadas e nunca mais foram limpas. Tudo isso, acrescentou, é combustível para a desgraça e para que esses territórios fiquem ainda mais pobres e devastados. Referiu que essa situação também deve ser repensada, porque são cada vez menos em territórios de baixa densidade e isso é deveras preocupante, porque atrás de uma desgraça poderá vir sempre outra e isso responsabiliza-os a todos. Disse ainda que há uma variável da maior importância que gostava de realçar: quando acontece uma desgraça há sempre homens e mulheres que são a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

primeira fonte de esperança para quem vive um drama, e esses são os Bombeiros, Proteção Civil, PSP, GNR, Serviço Nacional de Saúde, sendo esses os cuidadores da nossa comunidade e de todas, do Norte a Sul do país, que garantem que perante a adversidade e a desgraça não falte nada às pessoas. -----

--- Concluiu referindo ser essa também a mensagem importante que passe: dizer ao país que tem que se ordenar e organizar melhor – porque o verão vai continuar a ser verão - com temperaturas de quarenta e mais graus – sendo necessário fazer aqueles trabalhos que importam fazer ao longo do ano, na manutenção das terras particulares e espaços públicos em que também têm dificuldades. Disse que há um trabalho a montante, ao nível da prevenção, que tem que se fazer, sempre, e isso é importante para que se sintam todos responsáveis, uma vez que muitos dos problemas acontecem porque há muita incúria e irresponsabilidade na forma como se olha para o território. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -

--- RESUMO DIÁRIO -----

--- Foi presente resumo diário n.º 138, da Tesouraria, referente ao dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e seis, que regista um saldo de 2.809.993,11 (dois milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e noventa e três euros e onze cêntimos), em Operações Orçamentais. -----

--- TOMADO CONHECIMENTO. -----

--- VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

--- Foi presente para aprovação aa Ata número vinte e três, respeitante à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura, realizada no dia quinze de julho de dois mil e vinte e seis. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS VOTANTES**, APROVAR A ATA NÚMERO VINTE E TRÊS, RESPEITANTE À REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, REALIZADA NO DIA QUINZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO O VEREADOR LUÍS PEDRO SILVA RICO, POR NÃO TER ESTADO PRESENTE NA REUNIÃO DE CÂMARA, EM CONFORMIDADE COM O N.º 3, DO ART.º 34.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – CPA. -----

--- PRESIDÊNCIA -----

--- Informação do Senhor Presidente à Câmara Municipal de Moura -----

--- Foi presente para conhecimento a informação relativa às atividades do presidente da Câmara e dos vereadores do Partido Socialista, no período que mediou esta e a última reunião de câmara.-----

--- O presidente da câmara referiu que em relação à reunião no Turismo de Portugal, reuniram com Presidente do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I.P., Carlos Abade, a propósito da ecopista intermunicipal. Esclareceu que há lugar a financiamento da parte do Turismo de Portugal, estando numa fase de agendamento de reunião entre a IP, a Câmara Municipal de Beja e de Serpa, esclarecendo que enquanto aqueles já têm o traçado da linha e das infraestruturas confiadas ao Município de Moura, os outros municípios ainda não fizeram esse exercício, pelo que, têm que acelerar processos para que se feche o projeto de execução, para que se possam candidatar e para que a IP possa lançar o procedimento para a remoção e venda de todo o material ferroso que ainda se encontra no traçado do ramal de Moura. -----

--- Quanto à reunião com o Comando Distrital da PSP, a equipa técnica da PSP e a Secretaria Geral da Administração Interna, referiu que a conversa foi sobre a empreitada da Esquadra, nomeadamente como é que a PSP vai funcionar durante a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

empreitada, sendo importante que isso esteja assegurado. Referiu que há conversas nesse sentido e que as equipas técnicas estão a preparar esse processo de transferência da PSP, asseverando que mais a jusante dará conta de como é que os serviços da PSP irão funcionar durante a fase da obra. -----

--- Quanto à reunião de trabalho com o Vice-Presidente da ACSS, esclareceu que já tinha informado como é que decorreu a reunião e o falado entre os municípios, referindo que na próxima semana vão voltar a reunir para se falar sobre o prazo de trinta e um de agosto e que, na próxima reunião, terão novidades. -----

--- TOMADO CONHECIMENTO -----

--- UNIDADE DE SERVIÇO JURÍDICO E CONTENCIOSO -----

--- Relatório Final do Processo Disciplinar N.º 2/2026 -----

----- 012426 -----

--- Foi presente relatório final do processo disciplinar N.º 2/2026 da Unidade de Serviço Jurídico e Contencioso. -----

--- ATRAVÉS DE ESCRUTÍNIO SECRETO, **FOI DELIBERADO POR MAIORIA**, COM TRÊS VOTOS EM BRANCO E COM QUATRO VOTOS A FAVOR, APROVAR NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS, A APLICAÇÃO AO TRABALHADOR DA SANÇÃO DISCIPLINAR DE PENA DE SUSPENSÃO EFETIVA DE 30 DIAS, NOS TERMOS CONJUGADOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 180.º, COM OS ARTIGOS 181.º/3 E 4 E 190.º/3, TODOS DA LEI DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS - LTFP, NOMEADAMENTE PELAS RAZÕES INVOCADAS NA PARTE FINAL DO PONTO 23.º. DO RELATÓRIO. -----

--- DELIBERADO AINDA PROPOR UM ACOMPANHAMENTO SOCIAL E PSICOLÓGICO DE ACORDO COM PLANO DELINEADO PELAS TÉCNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, PARA MINIMIZAR AS DIFICULDADES DE ORDEM FAMILIAR E DE SAÚDE DO TRABALHADOR. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO ---

--- Proposta - Protocolo de Candidatura em copromoção - Plano Capacitação BIOMEG ---

----- 022426 -----

--- Foi presente proposta n.º 9617 da Divisão Financeira e Património, de Protocolo de Candidatura em copromoção - Plano Capacitação BIOMEG. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR O PROTOCOLO DE PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A BIOMEG – 2025-2028 - CAPACITAÇÃO BIOMEG – CANDIDATURA EM COPROMOÇÃO. -----

--- Proposta para conhecimento: Alteração aos Resumos Diários da Tesouraria

----- 032426 -----

--- Foi presente para conhecimento, a proposta n.º 9611 da Divisão Financeira e Património, de alteração aos Resumos Diários da Tesouraria. -----

--- **TOMADO CONHECIMENTO E REMISSÃO AOS SERVIÇOS PARA CORREÇÃO DO DOCUMENTO E SUBMISSÃO À PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA.** -----

--- Proposta - Ajuste Direto n.º 55/2026 - Aquisição de serviços para elaboração de refeições escolares para o Agrupamento de Escolas de Moura, Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários de Moura e Agrupamento de Escolas Professor Honrado Pereira, em Amareleja - Anos letivos de 2026/2027 e 2027/2028 -----

----- 042426 -----

--- Foi presente proposta n.º 9693 da Divisão Financeira e Património, de Ajuste Direto n.º 55/2026 para aquisição de serviços de elaboração de refeições escolares para o Agrupamento de Escolas de Moura, Centro Escolar dos Bombeiros



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Voluntários de Moura e Agrupamento de Escolas Professor Honrado Pereira, em Amareleja - Anos letivos de 2026/2027 e 2027/2028 -----

--- DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O AJUSTE DIRETO N.º 55/2026 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MOURA, CENTRO ESCOLAR DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOURA E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR HONRADO PEREIRA, EM AMARELEJA, RESPEITANTE AOS ANOS LETIVOS DE 2026/2027 E 2027/2028, NOS SEGUINTE TERMOS: 1. A ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO À EMPRESA GERTAL – COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, SA. PELO VALOR DE 620.315,32 € (SEISCENTOS E VINTE MIL, TREZENTOS E QUINZE EUROS E TRINTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA, À TAXA LEGAL EM VIGOR DE 13%, NO VALOR DE 80.640,99 € (OITENTA MIL, SEISCENTOS E QUARENTA EUROS E NOVENTA E NOVE CÊNTIMOS) O QUE PERFAZ A QUANTIA TOTAL DE 700.956,31 € (SETECENTOS MIL, NOVECIENTOS E CINQUENA E SEIS EUROS E TRINTA E UM CÊNTIMOS); 2. QUE SE FIXE O PRAZO DE CINCO DIAS PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.º 81.º DO CCP E A CLÁUSULA 11.ª DO CONVITE; 3. QUE SEJA PRESTADA CAUÇÃO NO VALOR CORRESPONDENTE A 5% DO VALOR DA ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS DO ART.º 89.º DO CCP, SENDO QUE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA NO PRAZO ESTIPULADO NO N.º 1 DO ART.º 90.º DO CCP; 4. QUE SE APROVE A MINUTA DO CONTRATO. -----

--- DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO -----

--- Proposta de Contrato Programa com o Moura Atlético Clube -----

052426 ---

-- Foi presente proposta n.º 9609 da Divisão de Cultura e Património, de Contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Programa com o Moura Atlético Clube. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR O CONTRATO PROGRAMA COM O MOURA ATLÉTICO CLUBE. -----

--- **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

--- **Proposta de Protocolo para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Moura 2022-2030 e respetivas despesas inerentes** -----

----- **062426** -----

--- Foi presente proposta n.º 9627 da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social, de Protocolo para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Moura 2022-2030 e respetivas despesas inerentes -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR O PROTOCOLO DE PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO NÚCLEO LOCAL DE GARANTIA PARA A INFÂNCIA DE MOURA 2022-2030 E RESPETIVAS DESPESAS INERENTES -----

--- **Proposta de Apoio ao Arrendamento e Crédito Habitacional Privado respeitante ao processo: 1/ACH/2026** -----

----- **072426** -----

--- Foi presente proposta n.º 9632 da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social, de apoio ao arrendamento e crédito habitacional privado respeitante ao processo: 1/ACH/2026. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR O APOIO NO VALOR DE 750,00 € (SETECENTOS E CINQUENTA EUROS), AO ABRIGO DA MEDIDA DE APOIO AO ARRENDAMENTO E CRÉDITO HABITACIONAL PRIVADO, RESPEITANTE AO PROCESSO: 1/ACH/2026, NOS TERMOS E COM OS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

FUNDAMENTOS CONSTANTES NA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º
13/DEHDS/2026.-----

--- **Proposta de Protocolo de Cooperação com a Rede Nacional para as Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas e respetivas despesas inerentes --**

----- **082426** ---

--- Foi presente proposta n.º 9683 da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social, de Protocolo de Cooperação com a Rede Nacional para as Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas e respetivas despesas inerentes. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE,** APROVAR O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A REDE NACIONAL PARA AS CIDADES E COMUNIDADES AMIGAS DAS PESSOAS IDOSAS E RESPETIVAS DESPESAS INERENTES. -----

--- **Proposta de ratificação de verba de subsídios eventuais relativa aos processos 18/SE/2026, 29/SE/2026 e 32/SE/2026 e 33/SE/2026** -----

----- **092426** ---

--- Foi presente proposta n.º 9684 da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social, de ratificação de verba de subsídios eventuais relativa aos processos 18/SE/2026, 29/SE/2026 e 32/SE/2026 e 33/SE/2026. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE,** APROVAR A RATIFICAÇÃO DE VERBA DE SUBSÍDIOS EVENTUAIS, NO VALOR DE 2.272,79 € (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS EUROS E SETENTA E NOVE E CÊNTIMOS) RELATIVA AOS PROCESSOS: 18/SE/2026, 29/SE/2026 E 32/SE/2026 E 33/SE/2026. -----

--- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA** -----

--- **Proposta - Empreitada de Conservação e Reforço Estrutural do Troço n.º 2**

A.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

das Muralhas Modernas de Moura - Nomeação do Diretor de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra -----

----- 102426 ---

--- Foi presente proposta n.º 9464 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de nomeação do Diretor de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra respeitante à empreitada de conservação e reforço estrutural do troço n.º 2 das Muralhas Modernas de Moura. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR A NOMEAÇÃO DA ENG.º ANA SAMPAIO COMO DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO, COADJUVADA PELO ARQ.ª PEDRO ÂNGELO E A ENG.ª MARTA CAPETA COMO COORDENADORA DE SEGURANÇA EM OBRA, RESPEITANTE À EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DO TROÇO N.º 2 DAS MURALHAS MODERNAS DE MOURA. -----

--- **Proposta - Ratificação do despacho do Presidente datado de 16/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Rua Dr. Garcia Peres, nº 50, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o nº 4532 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9418 de 15/07/2026 -----**

----- 112426 ---

--- Foi presente proposta n.º 9458 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, ratificação do despacho do Presidente datado de 16/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Rua Dr. Garcia Peres, nº 50, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o nº 4532 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 110.000,00 € (cento e dez mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9418 de 15/07/2026. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA E DO VEREDADOR INDEPENDENTE E COM TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DATADO DE 16/07/2026. -----

--- **Proposta - Ratificação do despacho do Presidente datado de 21/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Praça 25 de Abril, nº 4-A em Safara, inscrito na matriz predial urbana com o nº 1306 da Freguesia de Safara, pelo valor de 115.000,00 € (cento e quinze mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9516 de 17/07/2026** -----

----- **122426** -

--- Foi presente proposta n.º 9568 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de ratificação do despacho do Presidente datado de 21/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Praça 25 de Abril, nº 4-A em Safara, inscrito na matriz predial urbana com o nº 1306 da Freguesia de Safara, pelo valor de 115.000,00 € (cento e quinze mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9516 de 17/07/2026 -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA E DO VEREDADOR INDEPENDENTE E COM TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DATADO DE 21/07/2026. -----

--- **Proposta - Ratificação do despacho do Presidente datado de 21/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Travessa da Capinha Rota, nº 5 e 5-A, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o nº 2635 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 87.000,00 € (oitenta e sete mil euros), nos termos e com**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9360 de 14/07/2026 -----

----- 132426 ---

--- Foi presente proposta n.º 9654 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística de ratificação do despacho do Presidente datado de 21/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Travessa da Capinha Rota, nº 5 e 5-A, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o nº 2635 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 87.000,00 € (oitenta e sete mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9360 de 14/07/2026. -----

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA E DO VEREADOR INDEPENDENTE E COM TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DATADO DE 21/07/2026. -----

--- **Proposta - Ratificação do despacho do Presidente datado de 22/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Rua de S. Pedro, nº 18 e 18-A, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o nº 2542 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 46.000,00 € (quarenta e seis mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9333 de 13/07/2026 -----**

----- 142426 ---

--- Foi presente proposta n.º 9686 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de ratificação do despacho do Presidente datado de 22/07/2026, do não exercício do direito de preferência, referente à venda do imóvel urbano sito na Rua de S. Pedro, nº 18 e 18-A, em Moura, inscrito na matriz predial urbana com o nº 2542 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, pelo valor de 46.000,00 € (quarenta e seis mil euros), nos termos e com os fundamentos constantes na informação técnica n.º 9333 de 13/07/2026. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- **DELIBERADO POR MAIORIA**, COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA E DO VEREADOR INDEPENDENTE E COM TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DATADO DE 22/07/2026. -----

--- **Proposta - Parecer nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95 de 2/9, com a redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23/8 - Constituição de regime de compropriedade - Prédio Rústico n.º 198 da secção O em Amareleja** -----

----- **152426** -----

--- Foi presente proposta n.º 9723 da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de parecer nos termos do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95 de 2/9, com a redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23/8, de constituição de regime de compropriedade no prédio rústico n.º 198, da secção O, em Amareleja. -----

--- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**, APROVAR O PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 91/95 DE 2/9, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 64/2003 DE 23/8, À CONSTITUIÇÃO DE REGIME DE COMPROPRIEDADE, DO PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “COURELAS DAS FIGUEIRINHAS”, SOB O ART.º N.º 198, DA SECÇÃO O, SITO NA FREGUESIA DE AMARELEJA.-----

--- **PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO** -----

--- Neste período não se registaram intervenções.-----

--- O presidente antes de encerrar a reunião, convidou todos os presentes a comparecer, no dia nove de agosto, pelas vinte horas e trinta minutos, num momento muito esperado pelo povo de Amareleja: a inauguração e a devolução da Esplanada Mercedes. Referiu que foi uma obra de requalificação de todo o espaço, de extraordinária importância, para que o povo de Amareleja possa voltar a usufruir



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

do que tinha: um espaço de convívio, de grande aproximação da população, que fez parte da vida dos munícipes de Amareleja e deixou grandes memórias. Disse que a empreitada contou com o envolvimento da Junta de Freguesia de uma forma muito direta e lembrou duas pessoas que foram determinantes em todo o processo: o ex-Presidente da Junta de Freguesia, Alfredo Guerra, a quem deixou uma saudação e agradecimento, referindo que agarrou esse sonho desde a primeira hora e ajudou a traçar o caminho com toda a energia colocada na altura e ao vereador José Banha, enquanto amarelejense. -----

--- Frisou que independentemente das freguesias de origem, é sempre importante ver sítios emblemáticos devidamente valorizados e requalificados. Nesse sentido, lembrou que para ele a obra na Igreja de São João Baptista foi um momento importante, como o foi o da obra de Santa Justa e o Centro Escolar dos Bombeiros e que a Esplanada Mercedes tem um significado muito especial para os amarelejenses, e igualmente para as pessoas do Concelho de Moura, tendo existido um trabalho extraordinário e tendo sido o vereador José Banha quem mais sofreu nesse processo, com as *"infindáveis obras"*, como referiu a vereadora Salete Felício. Concluiu referindo que afinal as obras terminaram e que vai ser inaugurado, ao fim de tantos anos, um espaço que estava completamente abandonado, pelo que, terão o privilégio de estar, nesse dia, ao lado dos amarelejenses. Reforçou o convite também aos que não conhecem o espaço, convidando-os a que visitem e vejam a obra de extraordinária qualidade que foi feita. -----

--- VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

--- De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na versão atual, foi elaborada minuta com os pontos constantes da ordem de trabalhos, que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

--- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezanove horas e dezassete minutos. -----

--- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de lida e posta a votação, sendo aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Ana Farinho, Técnica Superior de Direito, que a reví e subscrevo também.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, ao vinte e nove de julho de dois mil e vinte e seis

PRESIDENTE:

Alia Ju

SECRETÁRIO:

Ana Farinho Chamaça também